

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.217 - SC (2019/0326406-4)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE JOINVILLE - SJ/SC**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC**
INTERES. : **PAULO SATOSHI SHINHE**
ADVOGADO : **GIANE BANHOS RAMOS PALHARES - SC053501**
INTERES. : **SCPAR PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL S.A**

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE JOINVILLE/SC** e o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC**, quanto ao processamento e julgamento de Mandado de Segurança preventivo, com pedido de liminar, contra eventual ato coator do Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., relativo à suposta terceirização do serviço de guarda portuária.

Inicialmente impetrado na Justiça laboral, houve declinação de competência pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Joinville/SC para a Justiça Estadual, em razão de a nomeação para o cargo ocupado pelo Impetrante ter sido determinada em decisão proferida pela Justiça Comum.

O Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Francisco do Sul/SC, ora suscitado, declinou a competência para o Juízo Federal da Subseção Judiciária de Joinville/SC, ao fundamento de que a matéria é de interesse da União, considerado o exercício de cargo de administração de Sociedade de Propósito Específico, proveniente de convênio celebrado entre a União Federal e o Estado de Santa Catarina, para viabilizar a delegação de serviço portuário (fls. 77/80e).

O Juízo da 2ª Vara Federal de Joinville/SC suscitou o presente conflito negativo de competência, entendendo que o possível ato coator não seria de autoridade federal, mas de administrador de pessoa jurídica integrante da estrutura do Estado de Santa Catarina, além de a matéria relativa à guarda portuária não estar diretamente relacionada à atividade de exploração do serviço portuário, mas à autogestão da sociedade de propósito

específico (fls. 89/90e).

Feito breve relato. Decido.

Por primeiro, consoante decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Em consequência, acentuo que o Conflito comporta conhecimento, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, consoante o disposto no art. 105, I, *d*, da Magna Carta.

No caso, trata-se de mandado de segurança impetrado preventivamente a fim de que o Diretor Presidente da SCPAR Porto de São Francisco do Sul se abstenha de contratar empresa terceirizada para desempenhar a função de guarda portuária.

Em razão de inexistir interesse da União no feito, o Juiz Federal decidiu pela incompetência da Justiça Federal para o seu julgamento. Assim, na conformidade da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, firmada está a competência da Justiça Comum.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO ORDINÁRIA OBJETIVANDO GARANTIR O TRATAMENTO MÉDICO ADEQUADO. VERIFICAÇÃO DA LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas (Súmula 150 do STJ), não cabendo à Justiça Estadual reexaminar a decisão, manifestando-se contrariamente (Súmula 254/STJ).

2. "Excluída a União da lide pelo Juizado Federal competente, cabe ao interessado interpor o recurso ordinário próprio, descabendo discutir na via do conflito de competência a necessidade de reingresso do ente federal no feito" (AgRg no CC 109096/SC, Relator Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/06/2011).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 148143/SC, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/09/2017, DJe 27/11/2017 - destaque

meu)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS FEDERAL E ESTADUAL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA. OBJETO DA AÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. UNIÃO. INTERESSE. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 150 DA SÚMULA DO STJ.

I - O objeto da ação ordinária é a indenização por danos materiais e morais, ajuizada contra instituição de ensino particular sem pedido relativo ao registro do diploma no Ministério da Educação.

II - Se a Justiça Federal concluiu pela falta de interesse da União no julgamento da lide, firmada está a competência da Justiça Comum.

III - "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas" (Enunciado n. 150 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no CC 138008/PR, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/2017, DJe 27/03/2017 - destaques meus)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ENSINO SUPERIOR. AUSÊNCIA DE ENTREGA DO DIPLOMA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. A JUSTIÇA FEDERAL EXCLUIU A UNIÃO DO POLO PASSIVO DA LIDE, SEM QUE TENHA SIDO INTERPOSTO QUALQUER RECURSO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELA JUSTIÇA ESTADUAL, PRETENDENDO A REINCLUSÃO DO ENTE FEDERAL NA RELAÇÃO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE, A TEOR DAS SÚMULAS 150 E 254 DO STJ. AUSÊNCIA DE PEDIDO QUANTO À EXPEDIÇÃO OU REGISTRO DO DIPLOMA EM SI. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE FEDERAL. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em face da decisão da Justiça Federal que excluiu a UNIÃO do polo passivo da lide, remetendo os autos à Justiça Estadual, não foi interposto recurso. Assim, não caberia à Justiça Estadual efetuar qualquer espécie de controle sobre a decisão do Juízo Federal, porquanto manifestamente incompetente para tanto, nos termos das Súmulas 150 e 254 do STJ.

2. Para impugnar a exclusão da UNIÃO da lide, incumbiria apenas às partes interessadas interpor o recurso cabível, no tempo e modo previstos na Legislação processual. Por conseguinte, a discussão não pode ser reaberta em Conflito de Competência suscitado pela Justiça Estadual. Julgados: AgInt no CC 155.928/PR, Rel. Min. ASSUSETE

Superior Tribunal de Justiça

MAGALHÃES, DJe 21.5.2018; AgRg no CC 109.096/SC, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, DJe 10.6.2011.

3. A presente ação tem natureza apenas indenizatória, não havendo pedido de entrega ou registro do diploma em si, o que afasta o interesse da UNIÃO no feito. Julgados: AgInt no CC 146.684/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 16.5.2018; AgInt no CC 149.102/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 30.8.2017; AgInt no CC 150.599/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 1.8.2017.

4. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento.

(AgInt no CC 139234/PR, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 19/03/2019, DJe 28/03/2019 - destaque meu)

Posto isso, nos termos do art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil, combinado com art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, conheço do conflito e declaro competente o **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC**, suscitado.

Comunique-se, com urgência, ao Juízo Suscitante e ao Juízo Suscitado.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora